

Formulário de Resposta aos recursos - CES S08 – Auditor Interno

Questão	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
TIPO 1: 36 TIPO 2: 42 TIPO 3: 40	A questão apresentada foi anulada por não possuir nenhuma alternativa que contemple a resposta correta, uma vez que, após análise detalhada, apenas a afirmativa I se mostra verdadeira de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).	DEFERIDO	ANULADA
TIPO 1: 39 TIPO 2: 41 TIPO 3: 48	A alternativa correta é: (D) A apuração e o pagamento do IPTU serão efetuados pelo contribuinte, sujeitando-se a homologação posterior pela administração tributária. De acordo com o Código Tributário do Município de Rolim de Moura (Lei Municipal nº 947/2000), o IPTU é um tributo sujeito ao regime de lançamento por homologação. Nesse modelo: O contribuinte realiza a apuração do imposto devido, com base no valor venal do imóvel estabelecido pela administração municipal. Efetua o pagamento do tributo dentro dos prazos estipulados. A administração tributária posteriormente homologa (confirma) ou não o valor pago, podendo revisar a apuração e exigir diferenças se houver.	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO
TIPO 1: 41 TIPO 2: 39 TIPO 3: 46	A referida pergunta encontra respaldo nos seguintes itens do conteúdo programático. 1. Finanças Públicas Municipais A dívida ativa é um instrumento de arrecadação de créditos vencidos e não pagos, tanto tributários como não tributários, e pode ser federal, estadual ou municipal. O Município também inscreve créditos em dívida ativa e cobra via execução fiscal, nos moldes da Lei nº 6.830/1980, aplicável também aos entes subnacionais. Assim, o conhecimento da dívida ativa da União pode ser cobrado como base para compreender a dívida ativa municipal. 2. Administração Pública e Orçamento A receita da dívida ativa é classificada como receita orçamentária,	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>prevista no orçamento público.</p> <p>É um meio de recuperação de créditos do ente público, influenciando diretamente na execução orçamentária e no equilíbrio fiscal.</p> <p>3. Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)</p> <p>A LRF exige que os entes públicos tenham ações para eficiência da arrecadação e recuperação de créditos, o que inclui a inscrição em dívida ativa e a execução fiscal.</p> <p>4. Controle Interno e Auditoria</p> <p>O controle interno deve acompanhar e avaliar a efetividade da inscrição e cobrança da dívida ativa, garantindo transparência e responsabilidade fiscal.</p>		
<p>TIPO 1: 47</p> <p>TIPO 2: 40</p> <p>TIPO 3: 50</p>	<p>A alternativa correta é a (A) Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.</p> <p>Justificativa:</p> <p>I - Correta: A definição de órgão como unidade de atuação integrante da estrutura da Administração Pública está em consonância com os princípios do direito administrativo.</p> <p>II - Correta: A Administração, no contexto da Lei nº 14.133/2021, compreende os órgãos e entidades pelos quais a Administração Pública exerce suas funções.</p> <p>III - Correta: A definição de licitante apresentada na afirmativa corresponde ao conceito encontrado na legislação, abrangendo tanto aqueles que participam ativamente do processo licitatório quanto os fornecedores ou prestadores de serviço que oferecem propostas sob solicitação da Administração.</p> <p>IV - Incorreta: A definição de bens e serviços especiais está equivocada. Conforme a Lei nº 14.133/2021, bens e serviços especiais são aqueles que, pela sua alta heterogeneidade ou complexidade, não podem ser objetivamente definidos pelo edital mediante especificações usuais de mercado.</p>	DEFERIDO	ALTERADO PARA LETRA A
<p>TIPO 1: 49</p> <p>TIPO 2: 50</p> <p>TIPO 3: 37</p>	<p>A alternativa correta é: (A) V – F – F – V</p> <p>A Lei de Diretrizes Orçamentárias deve dispor sobre o equilíbrio entre receitas e despesas, critérios de limitação de empenho e normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos públicos. Verdadeiro. Conforme o art. 165, §2º</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>da CF/88 e a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a LDO deve conter normas sobre o equilíbrio fiscal, limitação de empenho, controle de custos e avaliação de resultados.</p> <p>A Lei Orçamentária Anual, por força da Lei de Responsabilidade Fiscal, é responsável por estabelecer as metas e prioridades da administração pública para o exercício financeiro seguinte. Falso. Quem estabelece as metas e prioridades é a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), conforme art. 165, §2º da CF. A LOA apenas detalha receitas e despesas de acordo com essas diretrizes.</p> <p>A Lei de Diretrizes Orçamentárias possui vigência plurianual e estabelece metas físicas e financeiras de todos os programas constantes no Plano Plurianual. Falso. Quem tem vigência plurianual é o Plano Plurianual (PPA). A LDO tem vigência anual e serve como elo entre o PPA e a LOA. O PPA estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes, e para as relativas aos programas de duração continuada. Verdadeiro. Essa é a definição exata do PPA, segundo o art. 165, §1º da Constituição Federal.</p>		
--	--	--	--